

(Trascrizione)

Innsbruck, 9 de novembro de 2001

Chiara no Congresso “Mil cidades para a Europa”:

### **O espírito de fraternidade na política como a chave da unidade da Europa e do mundo**

(...)

No Movimento dos Focolares, a "espiritualidade da unidade ou de comunhão" deu origem também a uma expressão política: o Movimento pela Unidade, cujo objetivo específico é gerar a fraternidade na política.

Ele nasceu em Nápoles, em 1996, e congrega a experiência daqueles políticos italianos que, desde os anos 50, procuraram viver o ideal da unidade. Hoje, podemos constatar que tudo aquilo que foi praticado nos diversos níveis do empenho político: da administração das cidades à atividade parlamentar, pode nos oferecer indicações concretas, a serem desenvolvidas em dimensão continental.

Em primeiro lugar, compreendemos que existe uma verdadeira vocação para a política. É um chamado pessoal que emerge de circunstâncias específicas e exprime-se por meio da consciência. Quem possui uma fé religiosa percebe, com nitidez, a voz de Deus que lhe confere uma missão. Todavia, quem não possui uma fé religiosa se sente atraído por ela pela existência de uma carência social, de uma categoria fragilizada que solicita auxílio, de um direito humano violado, do desejo de realizar o bem para a própria cidade ou para a própria nação.

E a resposta para essa vocação política é acima de tudo um ato de fraternidade. De fato, não se entra nesse campo só para resolver um problema, mas se age em prol do interesse da comunidade, desejando o seu bem como se fosse o próprio.

Esse modo de viver permite que o político escute os cidadãos pacientemente, conheça as suas necessidades e recursos. Isso o ajuda a compreender a história da própria cidade, a valorizar o patrimônio cultural e comunitário. Desse modo, ele consegue entender, pouco a pouco, a sua verdadeira vocação, a vocação da cidade e a olhar para ela com segurança a fim de traçar o seu caminho.

A função do amor na política, de fato, é aquela de criar e proteger as condições que permitem a todos os outros amores florescerem: o amor dos jovens, que desejam se casar e precisam de uma casa e de um trabalho; o amor de quem quer estudar e precisa das escolas e dos livros; o amor de quem se dedica à própria empresa e precisa de estradas e ferrovias, de normas seguras. A política é o amor dos amores, que recolhe, na unidade de um projeto comum, a riqueza das pessoas e dos grupos, consentindo que cada um realize livremente a própria vocação. Mas também suscita colaboração, fazendo as necessidades interagirem com os recursos, as demandas com as ofertas, infundindo a confiança de uns nos outros. A política pode ser comparada ao caule de uma flor, que sustém e alimenta o desabrochar das pétalas da comunidade.

Nós sabemos que, ainda hoje, existem cidadãos para quem a cidade é algo quase inexistente; cidadãos, cujos problemas são resolvidos com dificuldades pelas instituições. Existe também quem se sente excluído do tecido social e separado do corpo político por causa da falta de trabalho ou de moradia ou da possibilidade de cuidar da saúde com meios adequados. São esses, e muitos outros, os problemas que cotidianamente os cidadãos apresentam a quem governa uma cidade. E a resposta, que recebem, é determinante para que também eles se sintam cidadãos com todos os seus direitos, sintam a exigência e tenham a possibilidade de participar da vida social e política.

Por isso, desse ponto de vista, a Câmara Municipal é a mais importante das instituições, porque está mais perto das pessoas e conhece diretamente todos os tipos de necessidades. É em contato com a Prefeitura, nas suas várias articulações, que o cidadão, desenvolve a gratidão – ou o rancor – pelo conjunto das instituições, também por aquelas mais distantes, como o Estado.

Passando agora a considerar a dimensão nacional da política, as relações entre as grandes tendências, que nos nossos países alternam-se no governo, constatamos que a vivência da nossa escolha política, como uma vocação de amor, leva-nos a compreender que também aqueles que fizeram uma escolha política diferente da nossa podem ter sido movidos por uma análoga vocação de amor. Também eles participam – a seu modo – do mesmo projeto, ainda que se apresentem como adversários. A fraternidade implica o reconhecimento da sua função, o respeito por eles, ajudando-os a serem fiéis, inclusive com uma crítica construtiva, enquanto que nós somos fiéis à nossa função.

A fraternidade deveria ser vivida tão bem a ponto de nos levar a amar o partido dos outros como o próprio, sabendo que ambos não nasceram por acaso, mas como uma resposta a uma exigência histórica, presente no interior da comunidade nacional. Só satisfazendo todos os interesses, só harmonizando-os num projeto comum, é que a política atingirá o próprio objetivo.

A fraternidade desperta os valores autênticos de cada pessoa e reconstrói o conjunto do projeto político de uma nação. Por exemplo, isso pode ser testemunhado pelas iniciativas dos membros do Movimento político pela Unidade, voltadas para a criação de uma relação fraterna entre situação e oposição, seja em nível parlamentar, seja em alguns municípios. Essas iniciativas foram traduzidas em leis federais ou em políticas locais, que uniram as cidades nas quais foram implantadas.

Uma prova disso são as numerosas experiências de acolher os imigrantes. Eles migram para países mais industrializados não só por motivos econômicos, mas também políticos. Uma cidade, uma nação, não perde, mas se enriquece ao abrir-se ao outro; a sua estatura política se eleva ao oferecer uma pátria e uma cidadania a quem a perdeu.

E o amor pela própria pátria ajuda a compreender o amor que os outros possuem pela pátria deles, para a qual também existe um projeto de amor.

Assim, aquele que, respondendo à própria vocação política, começa a viver a fraternidade, coloca-se numa dimensão universal, que o abre para a humanidade inteira. Ele pondera as conseqüências universais das próprias escolhas; pergunta-se se aquilo que está sendo decidido, embora satisfaça o interesse da própria nação, não vai prejudicar as outras. Desse modo, cada gesto político, não só aquele de um governo nacional, mas também o menor gesto, realizado naquele pequeno município da mais

longínqua localidade, adquire um significado universal, pois é plenamente humano e plenamente responsável o político que o realiza.

O político da unidade ama a pátria alheia como a própria. Essa é a característica da dimensão política dos cidadãos: a contínua interação com o outro, o reconhecimento das diferenças, mas, ao mesmo tempo, a convicção de que pertencemos, juntos, à cidade. E essa também é a característica da Europa. De fato, quando se começou a falar de Europa, foi feito referindo-se à cidade.

Ao longo dos séculos, a percepção do que é a Europa foi sendo aprofundada e, ao mesmo tempo, as suas fronteiras foram sendo ampliadas. Da pequena Grécia, a consciência europeia irá compreender do Atlântico aos Urais. E isso graças à penetração do cristianismo, que infundiu nos povos da Europa "geográfica" os princípios religiosos que, traduzidos em princípios civis, sociais e políticos, construiriam a Europa cultural. Tudo isso sem sufocar as identidades locais e as identidades nacionais, que foram se formando.

Em cada passagem da história, reencontramos a mesma situação: aquilo que, a certa altura, se pensava que fosse a Europa, parecia pequeno demais; deparava-se com um elemento diferente, que o colocava em xeque-mate e desafiava a Europa a compreendê-lo, a englobá-lo, modificando-o para que ela modificasse a si mesma. Fazendo isso, a Europa foi delineando cada vez mais a sua verdadeira fisionomia, rumo à plena maturação da semente cristã que hoje não se exprime mais, certamente, no "povo cristão" medieval, mas, com maior profundidade, na dinâmica da fraternidade universal, que envolve pessoas e povos diferentes.

Essa fraternidade universal, que cria a unidade, salvando a distinção, é a vocação da Europa, que ainda está a caminho. As guerras, os regimes totalitários, as injustiças, deixaram feridas a serem cicatrizadas. Mas, para sermos realmente europeus, devemos olhar com misericórdia para o passado, reconhecendo como nossa a história da minha nação e a história das outras, reconhecendo também que aquilo que hoje somos é fruto de uma história comum, de um destino europeu, que depende de nós de modo integral e consciente.

A unidade da Europa pede hoje aos políticos europeus que interpretem os sinais dos tempos e façam entre eles um pacto de fraternidade, com o compromisso de se considerarem membros da Pátria europeia, tanto quanto o são da própria nação, procurando sempre o que une e encontrando, juntos, as soluções para os problemas que ainda impedem a unidade de toda a Europa.

Por um fim tão elevado vale a pena empregar a própria existência.

É o que desejo a todos os senhores.

Agradeço pela atenção dispensada. (aplausos)